

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

# Edital 107/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2025	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	23/06/2026 18:02 (v 0.17)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25047.001812/2025-23

## 1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO  
90062/2026

CONTRATANTE  
257035

### OBJETO

Contratação de empresa para serviços tocante a limpeza de poços artesianos, situados nos municípios de São João das Missões e Aracruz

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 557.084,32 (quinhentos e cinquenta e sete mil oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 09/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
menor preço por item

MODO DE DISPUTA:  
aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS  
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM  
NÃO



## ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026

(Processo Administrativo nº 25047.001812/2025-23)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do(a) Setor de Serviços de Recursos Logísticos, sediado(a) na Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35030-070, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de poços artesianos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. Não se aplica

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. sociedades cooperativas;

3.9.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2% (dois) por cento.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O



sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.4. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via sistema.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com o Órgão, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: [sei.saude.gov.br/externo](http://sei.saude.gov.br/externo) para liberação de acesso para assinatura eletrônica.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três)** dias úteis.

10.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.6. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Não se aplica.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Não se aplica.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informação - SEI por meio de solicitação de link de acesso.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo

previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido



por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaodsei@saude.gov.br](mailto:licitacaodsei@saude.gov.br)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e Sistema Eletrônico de Informação – SEI por meio de solicitação de link de acesso.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.3. Apêndice II - Modelo de Proposta

16.11.1.4. Apêndice III - Modelo de Planilha de Custos

16.11.1.5. Apêndice V - Declaração de Conhecimento da Licitação

16.11.5. Anexo II – Minuta de Contrato;

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 18:02:54.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 130-2025.pdf (768.5 KB)
- Anexo II - Minuta de Contrato - 29-2026.pdf (145.99 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 130/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
130/2025	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	18/06/2026 15:26 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		25047.001812/2025-23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº25047001812/2025-23)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 Contratação de empresa para serviços tocante a limpeza de poços artesanais, situados nos municípios de São João das Missões e Aracruz, em conformidade com as especificações constantes na tabela abaixo, observadas as condições, critérios e exigências estabelecidas no presente instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesanais para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Rancharia. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
2	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesanais para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Tenda. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18

3	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Boqueirão. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
4	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Morro Vermelho. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
5	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Riacho Comprido. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
6	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Riachinho. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
7	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Imbaúba. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
8	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho do Brejo -Poço 1 Cachoeira. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de					

9	recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho do Brejo -Poço 2 Avelino. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
10	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Morro Falhado. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
11	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia sapé. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
12	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Barreiro Preto- Localidade Brejinho. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
13	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Barreiro Preto- João Beda. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
14	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Sumaré III. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
15	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros:	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18

	cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Peruaçu. Município São João das Missões.					
16	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho dos Buritis. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
17	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Olhos d'água. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
18	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Itacarambzinho. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
19	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Tenda- Localidade Catito. São João das Missões	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
20	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Várzea Grande- Poço 1 Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
21	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Várzea Grande- Poço 2. Município São João das Missões.	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18



22	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 2 próximo a casa do Júnior. Município de Aracruz	15598	Unidade	1	R\$ 23.245,18	R\$ 23.245,18
23	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 2 próximo a casa do Júnior. Município de Aracruz	15598	Unidade	1	R\$ 22.845,18	R\$ 22.845,18
24	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 3 próximo a escola. Município de Aracruz	15598	Unidade	1	R\$ 22.845,18	R\$ 22.845,18

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade usuais no mercado, podendo ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, sem necessidade de soluções inovadoras ou de elevada complexidade técnica. Os serviços de limpeza e manutenção de poços artesianos são amplamente executados por empresas especializadas, com métodos, equipamentos e procedimentos padronizados, permitindo à Administração estabelecer de forma clara os requisitos necessários à execução contratual, garantindo a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000006/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 2174 ao 2195;
- IV) Classe/Grupo: 839;
- V) Identificador da Futura Contratação: 257035-62/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que os serviços de limpeza de poços possuem natureza comum, baixa complexidade operacional e execução padronizada, não envolvendo elevado vulto financeiro, fornecimento de bens de alta criticidade ou riscos significativos à Administração. Além disso, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame e elevar os custos da contratação, sem trazer benefícios proporcionais à mitigação de riscos, considerando que os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Administração durante toda a execução contratual.

#### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Desenvolvimento - Deverá ser precedido com a aplicação de dispersantes químicos a base de poli fosfatos na dosagem indicada pelo fabricante. O produto deverá ser diluído em um tonel com água antes de ser lançado pela boca do poço. Após lançamento do produto, realizar o fervilhamento do poço usando compressor durante o tempo 1 (uma) hora para penetração do produto no pré filtro e paredes da formação. O injetor deverá ficar pelo menos 6(seis metros) acima das seções de filtros no caso de poços mistos e abaixo da fenda mais inferior do poço no caso de poços sem filtros.

5.1.2.2. Teste de Bombeamento - Teste de vazão ser realizado por 24hr sem interrupção; Teste de vazão ser realizado através de uma bomba submersa, compatível com a vazão apresentada dos poços, a fim de extrair o máximo de vazão que o poço possa dar. O construtor deve dispor de equipamentos necessários para garantir a continuidade da operação durante o período de teste. As medições de nível de água no poço devem ser feitas com medidor que permita leituras com precisão centimétrica. Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar - se do retorno da água ao nível estático. A tubulação de descarga da água deve ser dotada de válvula de regulação sensível e de fácil manejo, permitindo controlar e manter constante a vazão em diversos regimes de bombeamento. O lançamento da água extraída deve ser feito a uma distância do poço determinada no projeto, que não interfira nos resultados dos testes.

5.1.2.3. Desinfecção do poço - A desinfecção deverá ser feita com solução bactericida, em quantidade que resulte concentração de 50ml/L de cloro livre ou de outra solução oxidante apropriada para os poços de água. A solução deve ser introduzida no poço por meio de tubos auxiliares, sendo revolucionada através de circulação em regime fechado, de forma que permita a completa desinfecção das paredes dos poços e das tubulações acima do nível da água. A solução deve ser bombeada em circuito fechado por no mínimo 2h, ficando posteriormente o poço em repouso por um período de no mínimo 4h, quando deve ser feito o expurgo da solução. Limpeza deverá ser executada através de um soprador (compressor de ar).

5.1.2.4. Análise físico química e bacteriológica - A coleta de água para realização de análises físico químicas e bacteriológicas deverá ser feita no mínimo 24h após a desinfecção do poço, antes de se proceder a coleta o poço deverá ser bombeado em descarga livre por um tempo mínimo de 2(duas)hora. A coleta deverá ser feita em vasilhame adequado, fornecido pelo laboratório, a coleta será realizada diretamente da boca poço.

5.1.2.5. O serviço realizado e o cumprimento do objeto deverá ser exercidos por profissionais técnicos especializados e habilitados na parte administrativa/inspeção.

5.1.2.6. Deverá ter acompanhamento técnico durante toda a execução dos serviços listados

5.1.2.7. A empresa deverá entregar os poços com funcionamento das bombas submersas e quadro de comandos, exceto os poços que não estiverem com seus devidos equipamentos.

5.1.2.8. Cabe a licitante vencedora realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus encargo decorrentes da entrega e execução.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Itens	Poços	Horário
1	Racharia- Município de São João das Missões	08h00 às 17h00
2	Tenda-Município de São João das Missões	
3	Boqueirão-Município de São João das Missões	
4	Morro Vermelho-Município de São João das Missões	
5	Riacho Comprido-Município de São João das Missões	
6	Riachinho-Município de São João das Missões	
7	Imbaúba-Município de São João das Missões	
8	Riacho do Brejo-poço 1 cachoeira-Município de São João das Missões	
9	Riacho do Brejo-poço 2 avelino-Município de São João das Missões	
10	Morro Falhado-Município de São João das Missões	
11	Sapé-Município de São João das Missões	
12	Barreiro Preto- Brejinho-Município de São João das Missões	
13	Barreiro Preto- João Beda-Município de São João das Missões	
14	Sumaré III-Município de São João das Missões	
15	Peruaçu-Município de São João das Missões	
16	Riacho dos Buritis-Município de São João das Missões	

17	Olhos d' água IMunicípio de São João das Missões
18	Itacarambzinho-Município de São João das Missões
19	Tenda-Catito-Município de São João das Missões
20	Várzea Grande- poço 1- Itacarambi
21	Várzea Grande- poço 2- Itacarambi
22	Pau Brasil- Poço 1 próximo a casa do Hansmuller- Aracruz
23	Pau Brasil- Poço 2 próximo a casa do Júnior- Aracruz
24	Pau Brasil- Poço3 próximo a escola- Aracruz

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h00 às 17h00.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas deste Termo de Referência

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.17.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o término da execução do serviço referente a cada item contratado, correspondente à limpeza do respectivo poço artesiano, de forma individualizada.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data 18/09/2025.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário e a forma de pagamento por valor unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.30.1. Sociedade empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 557.084,32 (quinhentos e cinquenta e sete mil, oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234652;

IV) Elemento de despesa: 339039;

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação.

11.4. Não foram detectadas informações sensíveis que mereçam tratamento especial quanto a sua divulgação e publicidade, em conformidade à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2021.



## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

13.1. Não se Aplica.

## 14. ANEXO II

14.1. Os termos deste tópico se encontram no anexo IV deste Termo de Referência, mais especificadamente na Declaração de Conhecimento das Condições da Licitação e Contratação.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE BRAULIO PEREIRA MACEDO**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 16:51:58.*

**ANTONIO ISMAEL VIEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 07:22:05.*

**DANIEL BISPO DA SILVA**

Chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena SESANI/MGES



*Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 08:54:58.*

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 15:26:25.*

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

## Estudo Técnico Preliminar 57/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.001812/2025-23

### 2. Descrição da necessidade

2.1. Verifica-se a necessidade de adoção de medidas destinadas à regularização das condições operacionais e sanitárias dos poços artesanais localizados em aldeias indígenas situadas nos municípios de São João das Missões (MG) e Aracruz (ES), tendo em vista que tais estruturas representam a principal, e em muitos casos a única, fonte de abastecimento de água potável das comunidades atendidas. Atualmente, os poços apresentam problemas decorrentes da ausência de manutenção periódica, tais como acúmulo de sedimentos, redução da vazão, presença de resíduos sólidos e matéria orgânica, além da possível proliferação de microrganismos patogênicos, circunstâncias que comprometem a potabilidade da água, a continuidade do abastecimento e a segurança hídrica da população indígena.

2.2. A importância do atendimento dessa necessidade reside no fato de que a água é um bem essencial à vida e sua oferta em condições de qualidade e quantidade adequadas é pressuposto fundamental para a saúde pública. O não atendimento imediato à demanda identificada implicaria em agravos à saúde da população indígena, ampliando a incidência de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, hepatites virais e outras enfermidades relacionadas ao consumo de água contaminada. Além disso, a degradação progressiva da estrutura dos poços poderia acarretar o colapso de parte dos sistemas, obrigando a realização de novas perfurações, com custos orçamentários elevados, impactos ambientais relevantes e maior complexidade logística para o atendimento.

2.3. A problemática central está na conjugação da vulnerabilidade socioambiental dos territórios indígenas com as condições técnicas dos poços existentes. Os sistemas, alguns perfurados há mais de duas décadas, sofrem com incrustações calcárias e ferrosas, redução da capacidade de produção e falhas nas bombas submersas e nas redes de distribuição. As análises de qualidade da água realizadas pelo DSEI/MGES, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021, vêm apontando constantes não conformidades em parâmetros de turbidez, cor, ferro e manganês, o que reforça o risco sanitário. O cenário é agravado pelas condições geológicas locais, que intensificam os processos de incrustação e comprometem a durabilidade das estruturas hidráulicas, tornando a intervenção técnica não apenas necessária, mas urgente e inadiável.

2.4. Os impactos positivos relacionados ao atendimento da necessidade são múltiplos e de alta relevância. A limpeza e manutenção dos poços artesanais assegurarão o fornecimento contínuo de água potável dentro dos padrões de potabilidade previstos em norma, reduzindo significativamente os riscos de doenças de veiculação hídrica e promovendo melhores condições de saúde para as comunidades indígenas. Ademais, a adoção de medidas corretivas e preventivas estenderá a vida útil dos equipamentos eletromecânicos e das redes adutoras e distribuidoras, garantindo maior eficiência operacional, redução de custos de manutenção emergencial e maior racionalidade no uso dos recursos públicos. Do ponto de vista socioambiental, a medida contribui para a preservação de fontes subterrâneas já exploradas, evitando a necessidade de novas perfurações, com menor impacto ambiental e maior aderência aos princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.5. A execução do objeto ora demandado é também uma obrigação institucional e legal do DSEI/MGES, uma vez que o Art. 8º da Portaria GM/MS nº 888/2021 estabelece ser competência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) realizar diretamente ou por meio de contratação os serviços de controle e vigilância da qualidade da água destinada ao consumo humano em aldeias indígenas. A não realização da limpeza e desinfecção dos poços representaria omissão do Estado na garantia do direito fundamental à saúde e ao saneamento, em afronta aos

princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da universalidade do SUS e da proteção diferenciada aos povos indígenas. Dessa forma, sob a perspectiva do interesse público, a contratação pretendida não se limita a uma medida de caráter técnico-operacional, mas configura um ato essencial de proteção à vida, à saúde e à dignidade das comunidades indígenas de São João das Missões e Aracruz, reafirmando o compromisso estatal com a efetividade dos direitos fundamentais e com a promoção de soluções sustentáveis e eficazes para o abastecimento de água em territórios vulneráveis.

## 2.6. Poços – São João das Missões:

### 2.6.1. POÇO TUBULAR DA ALDEIA RANCHARIA

- Vazão: 19.80m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 20 metros
- Nível Dinâmico: 20 metros
- Profundidade: 90 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Observação: Esse poço apresentou queda de barreira e a profundidade atual é em torno de 60 metros.

### 2.6.2. POÇO TUBULAR DA ALDEIA TENDA (Localidade Cabeça Dantas)

- Vazão: m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: metros
- Nível Dinâmico: metros
- Profundidade: metros
- Diâmetro: mm
- Observação: Sem informações do poço

### 2.6.3. POÇO TUBULAR DA ALDEIA BOQUEIRÃO

- Vazão:
- Nível Estático:
- Nível Dinâmico:
- Profundidade: 120 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Observação: Sem informações do poço

### 2.6.4. POÇO TUBULAR DA ALDEIA MORRO VERMELHO

- Vazão: 12,78 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 31,8 metros
- Nível Dinâmico: 48,20 metros
- Profundidade: 94 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Coordenadas Geográficas : 23L-596.889N/8.351.465E

### 2.6.5. POÇO TUBULAR DA ALDEIA RIACHO COMPRIDO

- Vazão: 7.33 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 5,05 metros
- Nível Dinâmico: 13, 00 metros
- Profundidade: 150 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: maio/2001
- Coordenadas Geográficas: 14°52'48.3" 44°11'34.6"
- Urbanização Adequada: Sim
- Observação: Esse poço apresenta significativa diminuição de vazão no período de estiagem.

### 2.6.6. POÇO TUBULAR DA ALDEIA RIACHINHO

- Vazão: 52,80 m3/hora
- Nível Estático: 26 metros
- Nível Dinâmico: 37,08 metros
- Profundidade: 82 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: dezembro 2001
- Coordenadas Geográficas: S14°54'54.0" e Wo44°12'23.0"
- Urbanização Adequada: SIM

#### 2.6.7. POÇO TUBULAR DA ALDEIA IMBAÚBA

- Vazão: 7.7 m3/hora
- Nível Estático: 14 metros
- Nível Dinâmico: 29 metros
- Profundidade: 142 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: dezembro 2001
- Coordenadas Geográficas: S14°51'27.7" WO 44°13'32.6"
- Urbanização Adequada: SIM
- Esse poço apresentou de vazão de 5.0 m3/hora em teste de vazão realizado pela COPASA em 2017.

#### 2.6.8. POÇO TUBULAR DA ALDEIA RIACHO DO BREJO

- Poço 1 = Cachoeira
- Vazão: 1.656 m3/h
- Nível Estático: 5.35 metros
- Nível Dinâmico: 78.10 metros
- Profundidade: 150 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: maio/2014
- Coordenadas Geográficas: S14°47'33.9" e Wo44°11'20.9"
- Urbanização Adequada: SIM

#### 2.6.9. POÇO TUBULAR DA ALDEIA RIACHO DO BREJO

- Poço 2 = Avelino
- Observação: Não temos informações sobre esse poço

#### 2.6.10. POÇO TUBULAR DA ALDEIA MORRO FALHADO

- Vazão: 12.50 m3/hora
- Nível Estático: 20 metros
- Nível Dinâmico: 160 metros
- Profundidade: 210 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: maio/2001
- Coordenadas Geográficas:
- Urbanização Adequada: SIM
- Observação: Bomba instalada a 160 metros de profundidade.

#### 2.6.11. POÇO TUBULAR DA ALDEIA SAPÉ

- Vazão: 9 m3/hora
- Nível Estático: 13.0 metros
- Nível Dinâmico: 56,30 metros
- Profundidade: 130 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: dezembro 2018
- Coordenadas Geográficas: 14°49'39.48" e 44°16'8.22"

- Urbanização Adequada: SIM

#### 2.6.12. ALDEIA BARREIRO PRETO

- Localidade Brejinho
- Vazão: 7,54 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 18,25 metros
- Nível Dinâmico: 61,10 metros
- Profundidade: 90 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: fevereiro 2006
- Coordenadas Geográficas:
- Urbanização Adequada: SIM

#### 2.6.13. ALDEIA BARREIRO PRETO

- Localidade- João Beda
- Vazão: 9,31m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático:14,0 metros
- Nível Dinâmico:42,0 metros
- Profundidade:120 metros
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: maio/2019
- Coordenadas Geográficas:
- Urbanização Adequada: NÃO

#### 2.6.14. ALDEIA SUMARÉ III-

- Vazão: 88 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 24,6 m
- Nível Dinâmico: 25,36
- Profundidade: 60 m
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: junho/2001
- Coordenadas Geográficas: S14°56'54.59" WO44°17'03.12"
- Urbanização Adequada: Não

#### 2.6.15. ALDEIA PERUAÇU

- Observação: Abastece também as aldeias Vargem, Custódio e parte da aldeia Sumaré II.
- Vazão: 9 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático: 20 m
- Nível Dinâmico: 48 m
- Profundidade: 100 m
- Diâmetro: 150mm
- Data de Perfuração do poço: set/2015
- Coordenadas Geográficas: S14°58'09.24" WO44°22'43.58"
- Urbanização Adequada: SIM

#### 2.6.16 ALDEIA RIACHO DOS BURITIS

- Vazão:3,3 m<sup>3</sup>/hora
- Nível Estático:4,62 m
- Nível Dinâmico: 20,59 m
- Profundidade: 78 m
- Diâmetro: 100 mm
- Data de Perfuração do poço: jan/2005
- Coordenadas Geográficas:
- Urbanização Adequada: Sim

#### 2.6.17. ALDEIA OLHOS D' ÁGUA I

- Vazão: 6,99 m3/hora
- Nível Estático:10,2 m
- Nível Dinâmico: 58,0 m
- Profundidade: 142 m
- Diâmetro: 150 mm
- Data de Perfuração do poço: maio/2003
- Coordenadas Geográficas: 14°51'26.76" e 44°23'1.68"
- Urbanização Adequada: Sim

#### 2.6.18. ALDEIA ITACARAMBIZINHO

- Vazão: 19.47 m3/hora
- Nível Estático:3,52 m
- Nível Dinâmico:50,60 m
- Profundidade:105 m
- Diâmetro:150mm
- Data de Perfuração do poço: jun/2010
- Coordenadas Geográficas:
- Urbanização Adequada: Sim

#### 2.6.19. ALDEIA TENDA

- Localidade- Catito
- Observação: Não possuímos dados
- 20-ALDEIA VARZEA GRANDE
- Poço 1- Observação não possuímos dados
- Poço 2- Observação não possuímos dados

#### 2.7. Poços – Aracruz:

##### 2.7.1. Poço 1- PRÓXIMO A CASA DO HANSMULLER

- Vazão: 3,273 m3/hora
- Nível Estático:31 m
- Nível Dinâmico:79 m
- Profundidade do conjunto Submerso: 60 m
- Diâmetro da Tubulação Edutora : 2"
- Profundidade do poço: 95 m

##### 2.7.2. Poço 2- PRÓXIMO A CASA DO JÚNIOR

- Vazão: 4,800 m3/hora
- Nível Estático:47 m
- Nível Dinâmico:70 m
- Profundidade do conjunto Submerso: 72 m
- Diâmetro da Tubulação Edutora: 2"
- Profundidade do poço: 100 m

##### 2.7.3. Poço 3- PRÓXIMO A ESCOLA

- Vazão 4,800 m3/hora
- Nível Estático: 20 m
- Nível Dinâmico: 35 m
- Profundidade do conjunto Submerso: -
- Diâmetro da Tubulação Edutora: -
- Profundidade do poço: 70 m

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL INDÍGENA-SESANI	Daniel Bispo da Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e no **Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**:

4.1.1. Utilização de produtos químicos para desinfecção registrados na ANVISA e no IBAMA, observando padrões de segurança ambiental e de saúde pública;

4.1.2. Acondicionamento, transporte e descarte ambientalmente adequado dos resíduos sólidos e líquidos gerados nos serviços de limpeza e manutenção, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.1.3. Prioridade ao uso de técnicas de limpeza e desinfecção que reduzam o consumo de água e energia elétrica, promovendo eficiência operacional;

4.1.4. Reaproveitamento ou destinação ambientalmente correta das peças e componentes substituídos nos poços artesianos (bombas, tubos, cabos, conexões);

4.1.5. Adoção de práticas que garantam a proteção dos recursos hídricos subterrâneos, evitando a necessidade de novas perfurações e reduzindo impactos ambientais.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Requisitos técnicos dos itens

4.3. A execução dos serviços deverá seguir a seguinte dinâmica:

4.4. Desenvolvimento - Deverá ser precedido com a aplicação de dispersantes químicos a base de polifosfatos na dosagem indicada pelo fabricante. O produto deverá ser diluído em um tonel com água antes de ser lançado pela boca do poço. Após lançamento do produto, realizar o fervilhamento do poço usando compressor durante o tempo 1 (uma) hora para penetração do produto no pré filtro e paredes da formação. O injetor deverá ficar pelo menos 6(seis metros) acima das seções de filtros no caso de poços mistos e abaixo da fenda mais inferior do poço no caso de poços sem filtros.

4.5. Teste de Bombeamento - O construtor deve dispor de equipamentos necessários para garantir a continuidade da operação durante o período de teste. O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista nos dados fornecidos dos poços.

4.6. As medições de nível de água no poço devem ser feitas com medidor que permita leituras com precisão centimétrica. Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar -se do retorno da água ao nível estático. A tubulação de descarga da água deve ser dotada de válvula de regulação sensível e de fácil manejo, permitindo controlar e manter constante a vazão em diversos regimes de bombeamento. O lançamento da água extraída deve ser feito a uma distância do poço determinada no projeto, que não interfira nos resultados dos testes.



4.7. Teste de recuperação - Deverá ser realizado imediatamente após o teste de produção do poço. O procedimento do teste de recuperação consiste na medida do tempo para que poço volte ao nível estático original ou próximo deste, o teste de recuperação será dado como concluído quando o nível d'água retornar a posição original ou próxima do nível estático inicial.

4.8. Desinfecção do poço - A desinfecção deverá ser feita com solução bactericida, em quantidade que resulte concentração de 50ml/L de cloro livre ou de outra solução oxidante apropriada para os poços de água. A solução deve ser introduzida no poço por meio de tubos auxiliares, sendo revolucionada através de circulação em regime fechado, de forma que permita a completa desinfecção das paredes dos poços e das tubulações acima do nível da água. A solução deve ser bombeada em circuito fechado por no mínimo 2h, ficando posteriormente o poço em repouso por um período de no mínimo 4h, quando deve ser feito o expurgo da solução.

4.9. Análise físico química e bacteriológica - A coleta de água para realização de análises físico químicas e bacteriológicas deverá ser feita no mínimo 24h após a desinfecção do poço, antes de se proceder a coleta o poço deverá ser bombeado em descarga livre por um tempo mínimo de 2(duas)hora. A coleta deverá ser feita em vasilhame adequado, fornecido pelo laboratório, a coleta será realizada diretamente da boca poço.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. A necessidade apresentada pelo DSEI/MGES — contratação de empresa especializada para limpeza, desinfecção e manutenção corretiva de poços artesianos em aldeias indígenas — possui soluções tecnológicas disponíveis no mercado brasileiro, com métodos já validados tanto em contextos urbanos quanto em áreas rurais e comunidades tradicionais. É fundamental analisar as alternativas existentes, avaliando vantagens, desvantagens, custos, adequação técnica e alinhamento com os critérios de sustentabilidade previstos na legislação.

### **5.1.1. Escolha da Solução Tecnológica**

#### **5.1.1.1. Solução Tecnológica 1 – Limpeza mecânica com escovação e bombeamento**

5.1.1.1.1. A técnica de escovação mecânica associada ao bombeamento consiste no uso de escovas e hastes rotativas para remover incrustações e sedimentos acumulados nas paredes internas dos poços. Em seguida, realiza-se bombeamento contínuo, de forma a expurgar resíduos sólidos, areia, lodo e materiais suspensos.

#### **5.1.1.1.2. Vantagens:**

5.1.1.1.2.1. Método consolidado, de baixo custo e ampla aplicabilidade.

5.1.1.1.2.2. Não requer produtos químicos em grande volume, reduzindo impactos ambientais.

5.1.1.1.2.3. Pode ser utilizado em praticamente qualquer tipo de poço, independentemente da profundidade.

#### **5.1.1.1.3. Desvantagens:**

5.1.1.1.3.1. Menor eficiência no tratamento de biofilmes bacterianos e microrganismos patogênicos.

5.1.1.1.3.2. Pode causar desgaste físico na estrutura do poço em caso de repetição frequente.

5.1.1.1.3.3. Não atua de forma satisfatória em incrustações químicas de ferro e manganês.

#### **5.1.1.2. Solução Tecnológica 2 – Limpeza química com dispersantes e oxidantes**

5.1.1.2.1. Consiste na utilização de produtos químicos (polifosfatos, cloro, hipoclorito de sódio ou dióxido de cloro) para dissolver incrustações de ferro, manganês, carbonatos e biofilmes. Essa solução é amplamente aplicada quando análises de qualidade da água apontam não conformidades microbiológicas.

#### 5.1.1.2.2. Vantagens:

5.1.1.2.2.1. Alta eficiência na desinfecção, eliminando microrganismos patogênicos.

5.1.1.2.2.2. Dissolve incrustações minerais, aumentando a vazão e prolongando a vida útil do poço.

5.1.1.2.2.3. Alinhamento com a Portaria GM/MS nº 888/2021, que exige parâmetros de potabilidade rigorosos.

#### 5.1.1.2.3. Desvantagens:

5.1.1.2.3.1. Requer controle rigoroso no manuseio e descarte dos resíduos químicos (atendido pela Lei nº 12.305 /2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

5.1.1.2.3.2. Necessidade de mão de obra especializada para evitar riscos de contaminação ambiental.

5.1.1.2.3.3. Custo maior em relação ao método exclusivamente mecânico.

#### 5.1.1.3. Solução Tecnológica 3 – Limpeza combinada (mecânica + química + compressão por ar)

5.1.1.3.1. Método integrado que combina escovação mecânica, aplicação de produtos químicos dispersantes /oxidantes e utilização de compressor para provocar fervilhamento dentro do poço, potencializando a ação de limpeza e desinfecção.

#### 5.1.1.3.2. Vantagens:

5.1.1.3.2.1. Maior eficácia em casos críticos (como os relatados em São João das Missões e Aracruz, com biofilmes, turbidez, ferro e manganês elevados).

5.1.1.3.2.2. Reduz significativamente riscos sanitários, garantindo a potabilidade da água.

5.1.1.3.2.3. Estende a vida útil das bombas submersas e da tubulação.

5.1.1.3.2.4. Está em consonância com os princípios da sustentabilidade, evitando a necessidade de novas perfurações.

#### 5.1.1.3.3. Desvantagens:

5.1.1.3.3.1. Exige empresas altamente especializadas e equipamentos mais sofisticados.

5.1.1.3.3.2. Custo maior do que soluções isoladas, embora mais econômico a longo prazo.

5.1.1.3.3.3. Demanda planejamento logístico para deslocamento de insumos e compressores até aldeias de difícil acesso.

#### 5.1.1.4. Escolha da Melhor Solução Tecnológica

5.1.1.4.1. Diante do cenário apresentado pelo DSEI/MGES, no qual os poços apresentam tanto incrustações minerais quanto problemas microbiológicos, a Solução Tecnológica 3 – Limpeza Combinada se mostra a mais adequada.

5.1.1.4.2. Apesar do custo superior, sua eficiência técnica e preventiva assegura maior durabilidade, qualidade da água e proteção à saúde das comunidades indígenas.

5.1.1.4.3. A solução atende integralmente aos requisitos da contratação e aos critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, art. 11, inciso IV.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada em hidrogeologia e manutenção de poços tubulares profundos, para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas localizados nos municípios de São João das Missões/MG e Aracruz/ES, com vistas a garantir a continuidade e a eficiência do abastecimento de água potável às aldeias indígenas. A execução será realizada mediante utilização da solução tecnológica combinada, que integra métodos mecânicos e aplicação controlada de agentes químicos biodegradáveis, assegurando maior eficiência na desincrustação das tubulações e bombas, bem como conformidade ambiental e sanitária. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na forma de disputa aberta, com critério de julgamento de menor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos estabelecidos no edital, incluindo comprovação de experiência e observância às normas da ABNT e à Portaria GM /MS nº 888/2021. O modelo de contratação adotado será o de serviço não continuado, adequado à natureza pontual e especializada das intervenções necessárias.

6.2. Os serviços serão executados diretamente nos poços tubulares profundos localizados nos municípios de São João das Missões, em Minas Gerais, e Aracruz, no Espírito Santo, abrangendo as áreas indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES), em atendimento ao Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (SESANI/M), vinculadas à estrutura do Ministério da Saúde.

6.3. A execução dos serviços terá caráter pontual, em cronograma a ser definido pela Administração em função das necessidades identificadas em campo, com prazo contratual estimado para até 12 (doze) meses, admitindo prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando tecnicamente justificado. As atividades de manutenção serão realizadas de forma planejada e programada, garantindo que a paralisação temporária dos poços seja minimizada e não comprometa a segurança hídrica das comunidades.

6.4. O objeto será executado em regime de empreitada por preço unitário, considerando a variação dos serviços de limpeza, desincrustação e eventuais correções demandadas em cada poço, o que permite maior adequação às especificidades técnicas de cada intervenção e ao efetivo dimensionamento dos recursos utilizados.

6.5. As exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica incluem a obrigação da contratada em fornecer garantia sobre os serviços executados, apresentar plano de descarte ambientalmente adequado para os resíduos e soluções químicas empregadas, e disponibilizar equipe técnica habilitada para atender eventuais chamados corretivos no período de vigência contratual. A contratada deverá, ainda, observar integralmente as normas da ABNT aplicáveis e adotar protocolos de segurança que preservem a saúde dos trabalhadores e a integridade dos equipamentos, garantindo a plena funcionalidade do sistema de abastecimento hídrico indígena.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Com o objetivo de assegurar maior precisão, transparência e publicidade no processo de estimativa dos serviços, cuja finalidade é a contratação de empresa especializada na limpeza de poços artesianos, torna-se necessário contextualizar o problema identificado nas adutoras e ramais.

7.2. A principal causa está relacionada à qualidade da água, especialmente à elevada concentração de íons de minerais dissolvidos, como cálcio, magnésio e ferro. Essa condição resulta na formação das chamadas águas “duras” e “ferrosas”, que, com o passar do tempo, favorecem o acúmulo de sais minerais nas paredes das tubulações. Esse processo de incrustação compromete gradualmente o desempenho do sistema, podendo causar obstruções na rede de distribuição e reduzir significativamente a vazão da água.

7.3. Diante disso, é imprescindível a remoção dessas incrustações por meio de procedimentos técnicos específicos, com o uso de produtos químicos adequados, a fim de restaurar a vazão e garantir a eficiência do sistema de abastecimento de água.

7.4. Anexo II- Quantidade e classificação de limpeza de poços artesianos de São João das Missões e Aracruz.

ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Rancharia. Município São João das Missões/MG.	1
2	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Tenda. Município São João das Missões/MG.	1
3	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros:	1

		cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia Boqueirão. Município São João das Missões/MG.	
4	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Morro Vermelho. Município São João das Missões/MG.	1
5	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia R i a c h o Comprido. Município São João das Missões/MG.	1
6	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento	1

		do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Riachinho. Município São João das Missões/MG.	
7	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na Aldeia aldeia Imbaúba. Município São João das Missões/MG.	1
8	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho do Brejo -Poço 1 Cachoeira. Município São João das Missões/MG.	1

9	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho do Brejo -Poço 2 Avelino. Município São João das Missões/MG.	1
10	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Morro Falhado. Município São João das Missões/MG.	1
11	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes	1

		<p>totais e Escherichia coli.</p> <p>Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Sapé. Município São João das Missões/MG.</p>	
12	15598	<p>Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli.</p> <p>Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Barreiro Preto- Localidade Brejinho. Município São João das Missões/MG.</p>	1
13	15598	<p>Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli.</p> <p>Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Barreiro Preto- João Beda. Município São João das Missões/MG.</p>	1
14	15598	<p>Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento</p>	1



		do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Sumaré III. Município São João das Missões/MG.	
15	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Peruaçu. Município São João das Missões/MG.	1
16	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Riacho dos Buritis. Município São João das Missões/MG.	1

17	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Olhos D'Água. Município São João das Missões/MG.	1
18	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Itacarambzinho. Município São João das Missões/MG.	1
19	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão	1

		prestados no poço localizado na aldeia Tenda-Localidade Catito. Município São João das Missões/MG.	
20	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Várzea Grande- Poço 1. Município São João das Missões/MG.	1
21	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Várzea Grande- Poço 2. Município São João das Missões/MG.	1
22	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção	1

		do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 1 próximo a casa do Hansmuller. Município Aracruz/ES.	
23	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 2 próximo a casa do Júnior. Município Aracruz/ES.	1
24	15598	Contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos para execução dos seguintes serviços: desenvolvimento do poço, teste de bombeamento, teste de recuperação, desinfecção do poço e análise da qualidade da água. A análise deverá contemplar os seguintes parâmetros: cor, turbidez, pH, coliformes totais e Escherichia coli. Os serviços serão prestados no poço localizado na aldeia Pau Brasil- Poço 3 próximo a escola. Município Aracruz /ES.	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 557.084,32

8.1 O valor médio estimado para o futuro certame licitatório equivale a quantia supra de R\$ 557.084,32 (Quinhentos e Cinquenta e Sete mil Oitenta e Quatro reais e Trinta e Dois centavos).

8.2 Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, no entanto, não se obteve êxito na cesta de preços. Em sistemas oficiais do governo, os registro de preços encontrados não eram exequíveis ou excessivamente elevados. Os registros de contratações encontrados no Portal Nacional de Contratações Públicas (contratações similares feitas pela Administração Pública), se referiam a registros de preços ou não condiziam com necessidade da contratação pretendida ou a contratação não estava dentro do intervalo de 6 meses de antecedência da data de divulgação do edital.

8.2.1 Portanto, o método utilizado para Estimativa do Valor da Contratação foi a Pesquisa direta com fornecedores, uma vez que não foi possível obter pelo menos três cotações em consulta aos sistemas oficiais de governo, contratações similares feitas pela Administração Pública e sítio eletrônicos especializados não detalham orçamento, somente apresentação de serviços. As cotações foram realizadas em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021 mediante solicitações formal, via e-mail.

Itens	Poços	Valor Unitário
1	Racharia	R\$ 23.245,18
2	Tenda	R\$ 23.245,18
3	Boqueirão	R\$ 23.245,18
4	Morro Vermelho	R\$ 23.245,18
5	Riacho Comprido	R\$ 23.245,18
6	Riachinho	R\$ 23.245,18
7	Imbaúba	R\$ 23.245,18
8	Riacho do Brejo -Poço 1 Cachoeira	R\$ 23.245,18
9	Riacho do Brejo - Poço 2 Avelino	R\$ 23.245,18
10	Morro Falhado	R\$ 23.245,18
11	Sapé	R\$ 23.245,18

12	Barreiro Preto - Brejinho	R\$ 23.245,18
13	Barreiro Preto - João Beda	R\$ 23.245,18
14	Sumaré III	R\$ 23.245,18
15	Peruaçu	R\$ 23.245,18
16	Riacho dos Buritis	R\$ 23.245,18
17	Olhos D' Água I	R\$ 23.245,18
18	Itacarambizinho	R\$ 23.245,18
19	Tenda-Catito	R\$ 23.245,18
20	Várzea Grande - Poço 1	R\$ 23.245,18
21	Várzea Grande - Poço 2	R\$ 23.245,18
22	Pau Brasil - Poço 1 próximo a casa do Hansmuller	R\$ 23.245,18
23	Pau Brasil - Poço 2 próximo a casa do Júnior	R\$ 22.845,18
24	Pau Brasil - Poço3 próximo a escola	R\$ 22.845,18
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 557.084,32</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No caso concreto, entende-se ser tecnicamente viável e mais vantajosa a divisibilidade do objeto, de modo que a contratação pelo critério de julgamento de menor preço por item se apresenta como a solução mais adequada. Essa opção amplia a competitividade do certame, pois possibilita a participação de um número maior de fornecedores que, eventualmente, não teriam condições de ofertar todos os itens em conjunto.

9.1.1. Ao permitir que diferentes fornecedores disputem por itens específicos, a Administração reduz o risco de concentração de mercado e de eventual frustração da licitação, já que a perda de um item não compromete a totalidade do processo. Além disso, essa estratégia assegura maior eficiência na execução, considerando a dispersão geográfica dos poços e as particularidades logísticas de cada localidade atendida.

9.2. Cada item corresponde à execução integral dos serviços de limpeza e manutenção de um poço específico, com escopo previamente definido. Ressalta-se que, embora o serviço envolva diversas etapas — como limpeza, desinfecção, desobstrução, substituição de componentes e testes de vazão —, todas integram o mesmo escopo

técnico de cada item, resultando em um único produto final: o poço em condições adequadas de uso. Dessa forma, a execução é considerada integral e indivisível dentro de cada item, com preço fixo por poço, caracterizando o regime de empreitada por preço global.

9.3. Assim, a licitação pelo critério de menor preço por item, adotando-se o regime de empreitada por preço global, mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa, pois:

9.3.1. amplia a competitividade do certame;

9.3.2. reduz riscos de fracasso ou deserto da licitação;

9.3.3. promove maior aderência dos preços ao mercado;

9.3.4. garante eficiência e continuidade da prestação dos serviços; e

9.3.5. permite maior equidade na participação de empresas locais.

9.4. Portanto, conclui-se que a opção pelo julgamento por item e regime de empreitada por preço global atende ao interesse público, preserva o planejamento da Administração e assegura melhor relação custo-benefício para a execução dos serviços.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. O presente objeto não tem correlação nem interdependência com outro processo.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 O objeto que se pretende contratar está previsto no Plano Anual de Contratações - PAC do DSEI MGES, para o exercício de 2025, conforme relatório de itens filtrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações previsto no exercício do ano de 2025 DFD 151/2024 e DFD 169/2024 – Contratação de empresa para realizar limpeza de 21 poços artesianos do município de São João das Missões/MG e 3 poços em Aracruz/ES.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção de poços tubulares irá gerar diversos benefícios diretos e indiretos, refletindo positivamente na qualidade do abastecimento de água e na saúde das comunidades atendidas.

12.1.1. Melhoria na Qualidade da Água

12.1.1.1. Redução de turbidez e presença de partículas em suspensão, como areia, barro ou materiais orgânicos acumulados no fundo do poço.

12.1.1.2. Diminuição de contaminantes químicos e biológicos, resultando em água mais limpa e segura para o consumo humano.

12.1.1.3. Melhoria nos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, conforme os padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021.

**12.1.2. Recuperação da Vazão e Eficiência do Poço**

12.1.2.1. Restauração da produtividade original do poço, com aumento da vazão de água disponível.

12.1.2.2. Eliminação de obstruções nas colunas e filtros, promovendo maior eficiência no bombeamento.

12.1.2.3. Redução do esforço mecânico das bombas, o que contribui para menor desgaste e aumento da vida útil dos equipamentos.

#### **12.1.3. Prevenção de Problemas Técnicos e Operacionais**

12.1.3.1. Identificação precoce de desgastes ou danos estruturais, permitindo a adoção de medidas corretivas antes de falhas mais graves.

12.1.3.2. Redução de custos com manutenção corretiva emergencial, por meio da manutenção preventiva e periódica.

12.1.3.3. Melhor planejamento da operação dos sistemas de abastecimento, com dados atualizados sobre a condição dos poços.

#### **12.1.4. Segurança Sanitária e Saúde Pública**

12.1.4.1. Prevenção de surtos de doenças de veiculação hídrica, por meio da desinfecção adequada e da eliminação de agentes patogênicos.

12.1.4.2. Atendimento aos requisitos da vigilância sanitária, fortalecendo a confiança da população no sistema de abastecimento.

12.1.4.3. Redução de riscos à saúde, especialmente em comunidades vulneráveis ou com acesso limitado a outras fontes de água potável.

#### **12.1.5. Impactos Sociais e Ambientais Positivos**

12.1.5.1. Garantia de acesso contínuo e seguro à água potável, contribuindo para o bem-estar e a dignidade das populações atendidas.

12.1.5.2. Redução da dependência de fontes alternativas precárias, como caminhões-pipa ou captações de superfície contaminadas.

12.1.5.3. Preservação do aquífero, com uso mais eficiente do poço e menor risco de sobrecarga ou colapso do sistema.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 As providências antecedentes à celebração do contrato, incluem a capacitação dos servidores que atuarão na fase de gestão e fiscalização contratual e a prévia autorização do coordenador do distrito para a celebração desses contratos.

13.2 Devido a logística de acesso e pelas características geográficas das localidades das aldeias do DSEI/MGES, a empresa deverá levar todos os equipamentos e materiais somente quando forem iniciar os serviços.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

**14.1** A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção de poços tubulares irá gerar diversos benefícios diretos e indiretos, refletindo positivamente na qualidade do abastecimento de água e na saúde das comunidades atendidas.

#### **14.1.1. Melhoria na Qualidade da Água**

14.1.1.1. Redução de turbidez e presença de partículas em suspensão, como areia, barro ou materiais orgânicos



acumulados no fundo do poço;

14.1.1.2. Diminuição de contaminantes químicos e biológicos, resultando em água mais limpa e segura para o consumo humano;

14.1.1.3. Melhoria nos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, conforme os padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021.

#### **14.1.2. Recuperação da Vazão e Eficiência do Poço**

14.1.2.1. Restauração da produtividade original do poço, com aumento da vazão de água disponível;

14.1.2.2. Eliminação de obstruções nas colunas e filtros, promovendo maior eficiência no bombeamento;

14.1.2.3. Redução do esforço mecânico das bombas, o que contribui para menor desgaste e aumento da vida útil dos equipamentos.

#### **14.1.3. Prevenção de Problemas Técnicos e Operacionais**

14.1.3.1. Identificação precoce de desgastes ou danos estruturais, permitindo a adoção de medidas corretivas antes de falhas mais graves;

14.1.3.2. Redução de custos com manutenção corretiva emergencial, por meio da manutenção preventiva e periódica;

14.1.3.3. Melhor planejamento da operação dos sistemas de abastecimento, com dados atualizados sobre a condição dos poços.

#### **14.1.4. Segurança Sanitária e Saúde Pública**

14.1.4.1. Prevenção de surtos de doenças de veiculação hídrica, por meio da desinfecção adequada e da eliminação de agentes patogênicos;

14.1.4.2. Atendimento aos requisitos da vigilância sanitária, fortalecendo a confiança da população no sistema de abastecimento;

14.1.4.3. Redução de riscos à saúde, especialmente em comunidades vulneráveis ou com acesso limitado a outras fontes de água potável.

#### **14.1.5. Impactos Sociais e Ambientais Positivos**

14.1.5.1. Garantia de acesso contínuo e seguro à água potável, contribuindo para o bem-estar e a dignidade das populações atendidas;

14.1.5.2. Redução da dependência de fontes alternativas precárias, como caminhões-pipa ou captações de superfície contaminadas;

14.1.5.3. Preservação do aquífero, com uso mais eficiente do poço e menor risco de sobrecarga ou colapso do sistema.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação de empresa especializada para limpeza e manutenção de poços tubulares profundos nos município de São João das Missões/MG e Aracruz/ES, a fim de prevenir doenças de veiculação hídrica, restabelecer a plena funcionalidade dessas estruturas, assegurando a continuidade do fornecimento de água potável de qualidade e em quantidade suficientes para as populações atendidas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO ISMAEL VIEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 09:10:45.*

**JOSE BRAULIO PEREIRA MACEDO**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 16:08:43.*

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 14:15:25.*

## Apêndice II

### MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

**Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]**

#### 2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

#### 3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...	...			...	...	...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

#### 5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

#### 6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]  
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]  
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa:

Endereço da sua Empresa c/ CEP

Telefone da sua Empresa

E-mail da sua Empresa

CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...	...	...	...	...	...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]  
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]  
[Nome do Responsável Legal]  
[Cargo do Responsável Legal]

## Apêndice V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

**[Nome da Empresa]**

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º \_\_/20\_\_**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	19/06/2026 17:01 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25047.001812/2025-23

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.....

(Processo Administrativo nº 25047.001812/2025-23)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A [União] **OU** [Autarquia XXXXX] **OU** [Fundação XXXXXX], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado (a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de limpeza de poços artesianos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não se aplica.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

**8.1.8.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

**8.1.8.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

**8.1.8.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

**8.1.8.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

**8.1.8.5.** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

**8.1.8.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

**8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função

na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

Itens	Poços	Horários
1	Racharia- Município de São João das Missões	
2	Tenda-Município de São João das Missões	
3	Boqueirão-Município de São João das Missões	
4	Morro Vermelho-Município de São João das Missões	
5	Riacho Comprido-Município de São João das Missões	
6	Riachinho-Município de São João das Missões	
7	Imbaúba-Município de São João das Missões	
8	Riacho do Brejo-poço 1 cachoeira-Município de São João das Missões	
9	Riacho do Brejo-poço 2 avelino-Município de São João das Missões	
10	Morro Falhado-Município de São João das Missões	

11	Sapé-Município de São João das Missões	08h00 às 17h00
12	Barreiro Preto- Brejinho-Município de São João das Missões	
13	Barreiro Preto- João Beda-Município de São João das Missões	
14	Sumaré III-Município de São João das Missões	
15	Peruaçu-Município de São João das Missões	
16	Riacho dos Buritis-Município de São João das Missões	
17	Olhos d' água I-Município de São João das Missões	
18	Itacarambzinho-Município de São João das Missões	
19	Tenda-Catito-Município de São João das Missões	
20	Várzea Grande- poço 1- Itacarambi	
21	Várzea Grande- poço 2- Itacarambi	
22	Pau Brasil- Poço 1 próximo a casa do Hansmuller- Aracruz	
23	Pau Brasil- Poço 2 próximo a casa do Júnior- Aracruz	
24	Pau Brasil- Poço3 próximo a escola- Aracruz	

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234652;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Governador Valadares/MG, Seção Judiciária de Governador Valadares /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **19. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 17:01:32.*